

DEMOCRACIA: LIBERDADE E IGUALDADE.

Inácio Pinzetta¹
Sérgio Trombetta²

*"...Liberdade, essa palavra
que o sonho humano alimenta
que não há ninguém que explique
e ninguém que não entenda..."*
(Cecília Meireles - *Romanceiro da Inconfidência*)

RESUMO

A intenção do texto é desenvolver uma reflexão a respeito da democracia, da liberdade e da igualdade. Defendemos a democracia como um valor fundamental na busca por sociedades mais justas. Concebemos a democracia, como conjunto de regras que exige o respeito às diferenças. Democracia é pluralismo e dissenso. No contexto atual precisamos repensar a democracia representativa e pensar maior participação social na tomada de decisões.

Palavras chaves: Democracia, Igualdade, Liberdade, Direitos Humanos, Justiça Social, Pluralismo.

ABSTRACT

The intention of the text is to develop a reflection on democracy, freedom and equality. We defend democracy as a fundamental value in the search for more just societies. We conceive of democracy as a set of rules that demands respect for differences. Democracy is pluralism and dissent. In the current context we need to rethink representative democracy and think about greater social participation in decision making.

Keywords: Democracy, Equality, Freedom, Human Rights, Social Justice, Pluralism.

As manifestações populares de 2013, conhecidas como manifestações dos 20 centavos, chamadas também de manifestações de junho ou ainda, jornadas de junho, os painéis e manifestações ocorridos ano de 2015 contra a corrupção – corruptos e corruptores – , contra a presidente Dilma – “Fora Dilma” - por um lado, e por outro, o apoio à presidente, a paralisação nacional da sexta-feira de do dia 28 de abril de

¹ Professor da Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS – São Leopoldo/RS. E-mail: pinzetta@unisinors.br

² Professor das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT – Taquara/RS. E-mail: sergiotrombetta@faccat.br

2017, o “Fora Temer”, a volta dos painéis após principalmente as delações feitas pelos donos do frigorífico JBS, Joesley e Wesley Batista, disponibilizadas para o povo no tempo 18 de maio de 2017, oportunizam uma breve reflexão sobre o poder do povo – a democracia, a liberdade e a igualdade. Em meio às manifestações de 2015, havia diversos cartazes, bandeiras e gritos de ordem e um dos acenos que mais chamou atenção foi o pedido da volta da ditadura. Isso mesmo: a volta da ditadura. Esse tipo de manifestação só é possível porque é da essência da democracia a liberdade de se dizer o que se pensa, o que se deseja e se quer. O paradoxo, no entanto, está em a liberdade escolher a não liberdade, em a pessoa, em seu estado natural de liberdade, dizer-se para si mesmo: não quero ser livre. Metaforicamente falando, e isso foi feito muito na literatura política, filosófica, social e religiosa, é a escolha em ser rebanho de ovelhas ao invés de ser um ser humano que possa viver junto com outros seres humanos em condição de liberdade, pluralidade de pensamentos e de igualdade. Na ditadura não existe liberdade, tampouco igualdade. Todos/as devem seguir o que é imposto pela sua tirania. A liberdade, como bem diz Rousseau, não pode subsistir sem a igualdade (ROUSSEAU, 1988). Podemos dizer mais, a liberdade é impossível sem o mínimo de justiça social e igualdade de oportunidades. Nos regimes ditatoriais, uns são livres para escolher, mandar, e outros, a maioria, a obedecer sob a ordem da força. Onde, pois, está a igualdade? Uns podem tudo, outros nada. Em nome do que se quer voltar à ditadura? Da segurança? Mas que segurança é essa que é imposta pelo medo, pela tortura, pelo pavor e pela morte? Do bem estar econômico e social? Basta olhar as duas longas décadas da ditadura e vemos que ela não erradicou a pobreza, a miséria e o analfabetismo, a desigualdade social e econômica. Que paraíso era esse, pois? “Renunciar à liberdade é o mesmo que renunciar à qualidade de homem, aos direitos da Humanidade, inclusive aos seus deveres. Não há nenhuma compensação possível para quem quer que renuncie a tudo. Tal renúncia é incompatível com a natureza humana, e é arrebatá-la toda moralidade a suas ações, bem como subtrair toda liberdade à sua vontade. Enfim, não passa de vã e contraditória convenção estipular, de um lado, uma autoridade absoluta, e de outro, uma obediência sem limites” (ROUSSEAU, 1988, p. 26).

A democracia nunca teve vida fácil. Desde sua origem, em Atenas e posteriormente mundo afora, passou por diversas dificuldades e desde ali, até hoje, enfrentou, enfrenta, e de certo enfrentará, ad intra e ad extra muitos problemas. Quem analisa a História vai perceber o seguinte: a democracia nasce incompleta, pois

poucos participavam efetivamente da democracia em Atenas e ainda hoje ela é frágil e continua periférica. Nunca tivemos uma democracia de fato; ela se apresenta mais como um ideal que deve orientar nossas ações, mas mesmo sendo uma obra de arte imperfeita, aberta ao aperfeiçoamento, a democracia deve ser um valor para todos aqueles que sonham com uma sociedade com mais justiça, livre das opressões e com respeito aos direitos humanos. Segundo Morin (2005, p. 111), “a democracia nasceu marginalmente na história, ao lado dos impérios, das teocracias, das tiranias, das aristocracias, dos sistemas de castas. Ela permanece marginal, a despeito da universalização da aspiração democrática. Mas é o sistema político mais civilizado”. Não temos nada melhor que a democracia para organizar nossa convivência em sociedade.

Internamente, por essência de sua natureza de defesa da liberdade e da igualdade, deve, a democracia, conceder a todos e a cada indivíduo a oportunidade de expressar suas próprias opiniões, ideias, desejos, vontades, projetos, críticas e a vontade de representação, de ser eleito. O contraditório faz parte do processo em que se efetiva o diálogo e o enfrentamento das ideias em busca do razoável, do aceitável, do consenso. Exige a tolerância; o reconhecimento da diferença. O espírito democrático exige o reconhecimento do outro e o respeito às diferenças.

Morin (2005, p. 112) partilha dessa ideia ao afirmar que “a democracia supõe e alimenta a diversidade dos interesses e grupos sociais assim como a diversidade das ideias, o que significa que ela deve não impor a ditadura da maioria, mas reconhecer o direito à existência e à expressão das minorias e dos que protestam, e permitir a expressão das ideias heréticas e desviantes. Ela tem necessidade de consenso quanto ao respeito das instituições e regras democráticas, e ao mesmo tempo tem necessidade de conflito de ideias e opiniões que lhe dão sua vitalidade e sua produtividade. Mas a vitalidade e produtividade dos conflitos só podem ocorrer na obediência à regra democrática, que regula os antagonismos ao substituir as batalhas físicas por batalhas de ideias, e determina, através de debates e eleições, seu vencedor provisório”.

Externamente, a democracia combateu, combate e haverá de dar enfrentamento a todos quantos querem a tirania, o monólogo, a oferta da verdade absoluta e a obediência incondicional a ela. Ora, o nome democracia aponta, em sua etimologia, para o poder do povo (demos: povo, kratein, poder) e como tal, é o regime alicerçado sobre a opinião (doxa, em grego) e que permite e legitima a confrontação

das opiniões, sua rejeição e aceitação, na busca de uma opinião comum. É na assembleia (ekklesia) que a pessoa exerce seu direito de se manifestar, de falar, de ouvir, de contestar, de elaborar, no processo de discussão, sua síntese e de votar. É na cidade (polis) que a pessoa educa e se educa, como bem disse o poeta grego Simônides de Ceos “Polis andra didaskei” (a cidade educa o homem). Sócrates que com extrema frequência ia à Ágora (espaço público, lugar de reunião, assembleia) para dialogar com todos, e conduzi-los à verdade ou próximo dela por meio de pergunta, resposta, refutação, pergunta, resposta, não era favorável ao simples consenso da maioria, tampouco favorável às opiniões (doxa), mas à episteme (o verdadeiro conhecimento) que se efetiva após longa e exaustiva investigação. Percebendo o vasto lastro de espaço de liberdade que a democracia oferecia a cada cidadão na manifestação de sua fala nas assembleias, os sofistas não demoraram muito para, em nome de lucros fáceis e barganhas, ensinar como vencer um debate, por meio de boa oratória, sofismas e falácias, mesmo não tendo razão. É no contexto dessa atmosfera que deve ser lida e interpretada a não simpatia de Sócrates com a democracia, ao consenso popular. O povo, a maioria é facilmente manipulável, ainda mais quando falta a capacidade de pensar com autonomia e de modo crítico.

Platão, adversário da democracia ateniense, assinala no livro *A república*, na metáfora do navio, para os problemas que decorem quando o povo é conduzido por pessoas inexperientes, podendo desta forma, exercer um poder contra o próprio povo. Platão critica, através da metáfora das profissões, os dois principais pontos de apoio da democracia grega, a saber, a igualdade fundamental entre todos os homens e a alternância no governo entre os governantes e os governados escolhidos em assembleias. “Imagina, pois, que acontece uma coisa desta espécie, ou em vários navios ou num só: um armador, superior em tamanho e em força a todos os que se encontram na embarcação, mas um tanto surdo e com a vista a condizer, e conhecimentos náuticos da mesma extensão; os marinheiros em luta uns contra os outros, por causa do leme, entendendo cada um deles que deve ser o piloto, sem jamais ter aprendido a arte de governar nem poder indicar o nome do mestre nem a data do seu aprendizado, e ainda por cima asseverando que não é arte que se aprenda, e estando prontos a reduzir a bocados quem declarar que se pode aprender; estão sempre a assediar o dono do navio, a pedir-lhe e a fazer tudo para que este lhes entregue o leme; algumas vezes, se não são eles que o convencem, mas sim outros, matam-nos, a esses, ou atiram-nos pela borda fora; reduzem à impotência o

verdadeiro dono com a mandrágora, a embriaguez ou qualquer outro meio; tomam conta do navio, apoderam-se da sua carga, bebem e regalam-se de comer, navegando como é natural que o faça gente dessa espécie; ainda por cima, elogiam e chamam marinheiros, pilotos e peritos na arte de navegar a quem tiver a habilidade de os ajudar a obter o comando, persuadindo ou forçando o dono do navio; a quem assim não fizer, apodam-no de inútil, e nem sequer percebem que o verdadeiro piloto precisa se preocupar com o ano, as estações, o céu, os astros, os ventos e tudo o que diz respeito à sua arte, se quer de fato ser comandante do navio, a fim de o governar, quer alguns o queiram quer não – pois julgam que não é possível aprender essa arte e estudo, e ao mesmo tempo a de comandar uma nau. Quando se originam tais acontecimentos nos navios, não te parece que o verdadeiro piloto será realmente apodado de nefelibata, palrador, inútil, pelos navegantes de embarcações assim aparelhadas? (PLATÃO, 488^a-489^a). Essa famosa metáfora de Platão é de fácil compreensão e de difícil aplicação na prática da pólis, da política, a saber, onde encontrar esse comandante da nau? O próprio Platão, nas linhas seguintes da metáfora aponta quem pode ser esse piloto: o filósofo. No caso, ou o rei se torna filósofo (estuda e se dedica à filosofia) ou então, um filósofo se torna rei. No regime democrático, ao contrário, a partir do critério da igualdade e da liberdade, qualquer um pode ser o piloto, mas para isso deve passar pelo processo do debate em assembleia, da escolha e na alternância no comando. Todos os participantes da Pólis (nau) são responsáveis pelo caminho da navegação. “Os inimigos da democracia insistiram desde o primeiro momento em que confiar nos muitos é confiar nos piores” (Savater, 2012, p. 63).

Esse enfrentamento conceitual e político entre democracia e monarquia se atualiza e se fortifica nos tempos atuais sob o registro da antítese tecnocracia e democracia. Observa bem Norberto Bóbbio que as sociedades passaram de uma economia familiar para uma economia de mercado, de uma economia de mercado para uma economia protegida, regulada e planificada. Ora, com isso, aumentam os problemas políticos, que por sua vez exigem expertos e especialistas. A antítese se configura e se estratifica, portanto, nesses termos: na atual sociedade industrial, o protagonista é o experto, o especialista; a democracia, por sua vez, proclama que todos podem decidir a respeito de tudo. (BOBBIO, 1992, p. 34). Sem a ideia de soberania popular, não há democracia possível.

Transpondo-nos para o século XVIII, encontramos o grande teórico da democracia, da liberdade e da igualdade, Jean-Jacques Rousseau. Esse filósofo genebrês defende o princípio da democracia direta, rejeitando com isso a democracia parlamentar por quanto não reconhece a possibilidade de representação. A soberania, diz Rousseau no Contrato Social, não pode ser representada. Em decorrência disso, os deputados do povo não são e nem podem ser representantes. São apenas seus agentes, e nada podem concluir definitivamente. “O povo inglês pensa ser livre, mas está completamente iludido; apenas o é durante a eleição dos membros do Parlamento; tão logo estejam estes eleitos, é de novo escravo, não é nada. Pelo uso que faz da liberdade, nos curtos momentos em que lhe é dado desfrutá-la, bem merece perdê-la” (ROSSEAU, 1988).

O que Rousseau faz no Contrato Social é tomar como referência a realidade social da democracia somente através de sua ideologia, seu estado ideal, um tipo de paraíso. Nesse caso, seus suspiros pessimistas estão justificados. (KELSEN, 2000). Se houvesse um povo de deuses, ele se governaria democraticamente. Tão perfeito governo não convém aos homens. (ROUSSEAU, 1988). Não existe este Estado ideal, mas um Estado que quer se aproximar desse ideal através da democracia. “Rigorosamente falando, nunca existiu verdadeira democracia nem jamais existirá. [...]. É impossível admitir esteja o povo incessantemente reunido para cuidar dos negócios públicos; e é fácil de ver que não poderia ele estabelecer comissões para isso, sem mudar a forma da administração”. (ROUSSEAU, 1988, p. 73-74). O que temos hoje, no Estado moderno, é a democracia indireta, representativa, organizada na relação entre representantes e representados que se efetiva pelo ato eletivo sustentado pela liberdade e igualdade. O poder, portanto, emana do povo e visa ao seu próprio bem, ao bem de todos. Daí que “a educação para a democracia torna-se uma das principais exigências da própria democracia” (KELSEN, 2000, p. 97), educação que se realiza na constante tensão entre governo e oposição, entre maioria e minoria, com respeito às liberdades e aos direitos de cada um. O modo de educar e de educar-se só se efetiva por meio do diálogo, da fala, do enfrentamento de ideias, de opiniões, da tolerância, da partilha de experiências, pois “democracia é discussão”. (KELSEN, 2000, p.183). Ao contrário dos regimes totalitários, das ditaduras, do fascismo, do nazismo, que se apresentam com a pretensão de terem as verdades absolutas e prontas, a democracia, se apresenta com a proposta do diálogo para a construção da verdade. “Ama a certeza e serás democrata” (PRZERWORSKI, 1989,

p.36). A democracia tem a certeza de que é o melhor sistema de governo, pois está estratificado sobre dois valores de excelência dos quais todo ser humano quer e deseja na essência profundamente: a liberdade e igualdade. Ninguém suportaria ouvir de uma outra pessoa frases desse tipo: “você vale menos que o outro”; “o outro vale mais que você”. Somos, pelo menos no âmbito do ideal, e do querer, iguais. As nossas práticas, nossas ambições e projetos de governo, nos tornam desiguais social e economicamente. A liberdade é para todos e não apenas para alguns, para algumas minorias, como acontece nos sistemas totalitários e ditatoriais. A democracia tem certeza de que não tem certezas, verdades acabadas e prontas e que é necessário construí-las pelo diálogo na busca dos consensos que não elimina os derrotados e que não dá um poder tirano aos vencedores. O espírito democrático se caracteriza por uma luta sem fim na busca da liberdade, da igualdade de oportunidade, da justiça social e do respeito à pessoa humana e sua dignidade pela via dos direitos humanos. A democracia é o regime que reconhece os direitos humanos e o direito a diferença. A cultura democrática define-se como um esforço de combinação entre unidade e diversidade, liberdade e integração. “O regime democrático é a forma de vida política que dá a maior liberdade ao maior número de pessoas, que protege e reconhece a maior diversidade possível. A democracia não existe sem o reconhecimento da diversidade de crenças, origens, opiniões e projetos. O que define a democracia não é, portanto, somente um conjunto de garantias institucionais ou o reino da maioria, mas antes de tudo o respeito pelos projetos individuais e coletivos, que combinam a afirmação de uma liberdade pessoal com o direito de identificação com uma coletividade social, nacional ou religiosa particular. A democracia não se apoia somente nas leis, mas, sobretudo em uma cultura política” (Touraine, 1999. P. 25 e 26).

No Brasil a nossa frágil democracia tem priorizado a liberdade e esquecido a igualdade de oportunidades e a justiça social. Além disso, a mídia manipula o eleitorado de acordo com os interesses das classes dominantes. Outro aspecto que fragiliza a nossa democracia é o autoritarismo social. Nossa sociedade é hierárquica, pois, divide as pessoas, em quaisquer circunstâncias, em inferiores, que devem obedecer, e superiores, que devem mandar. Essa realidade acaba criando um contraste muito grande entre ricos privilegiados e pobres excluídos dos direitos fundamentais e isso não combina com os ideais democráticos. A contradição entre a democracia política e a exclusão social constitui uma das características do mundo contemporâneo. Devemos aceitar que não há democracia sem cidadania, e não há

cidadania sem acordo, não apenas sobre procedimentos e instituições, mas também sobre conteúdos sociais efetivos para todas as pessoas. Uma sociedade que prima por valores democráticos se preocupa antes de tudo com o bem comum e a realização da justiça social. Não há democracia sem educação, trabalho, justiça social e a luta permanente pela dignidade humana. Uma concepção autêntica de democracia deve combinar liberdade, participação política, igualdade social e uma luta permanente para gerar mais justiça social. Para a democracia, os cidadãos são sujeitos de direitos e que, onde tais direitos não existem nem estejam garantidos, tem-se o direito de lutar por eles e exigí-los. Esse é o cerne da democracia. “A democracia não é somente o processo eleitoral. Este é um componente necessário sem o qual aquela não é possível, mas não é um fator suficiente para garantir sua sobrevivência e seu desenvolvimento. A democracia exige reconstruir o tecido social e criar os mecanismos de sua consolidação e reprodução. A legitimidade da democracia não depende unicamente de um ato legal, mas de determinadas condições históricas que possibilitam a igualdade, a eficácia da lei e a identidade de um sistema de valores e de uma cultura nos quais todos possamos reconhecer-nos” (Caldera, 1996, p. 106).

Como nos lembra Boaventura de Souza Santos (2016), o ideal democrático continua a captar a imaginação dos que aspiram a uma sociedade que combine a liberdade com justiça social, mas na prática a democracia está cada vez mais longe deste ideal. Vivemos em regimes autoritários que se disfarçam com um verniz democrático; vivemos em democracias de baixa ou muito baixa intensidade que convivem com regimes sociais fascistas; vivemos em sociedades que são politicamente democráticas mas que socialmente são fascistas. Neste sentido, o desafio atual é enorme, pois precisamos ir além da democracia política e chegar à democracia social e depois para a democracia cultural. A democracia só irá conquistar a simpatia e apoio da sociedade se aumentar suas capacidades para reduzir a injustiça, diminuir a violência e desenvolver uma cultura dos direitos humanos alicerçada no pluralismo. Não há democracia que não seja pluralista. O pluralismo é uma das principais características da cultura democrática. “Essa característica fundamental da democracia baseia-se no princípio segundo o qual o dissenso, desde que mantido dentro de certos limites, não é destruidor da sociedade mas solicitador, e uma sociedade em que o dissenso não seja admitido é uma sociedade morta ou destinada a morrer” (Bobbio, 1986. P. 61). Democracia quer dizer pluralismo de ideias, dissenso. A democracia é um sistema político que pressupõe o dissenso. Apenas

numa sociedade pluralista o dissenso é possível; mais ainda, não é apenas possível, mas necessário.

A democracia é a única forma política que considera o conflito legítimo e legal, permitindo que seja trabalhado politicamente pela própria sociedade. De acordo com Chaui (2010. P. 503), “a democracia é a único regime político que considera o conflito legítimo. Não só trabalha politicamente os conflitos de necessidade e interesses, mas procura instituí-los como direitos e, como tais, exige que sejam reconhecidos e respeitados. Mais do que isso, na sociedade democrática, indivíduos e grupos organizam-se em associações, movimentos sociais e populares, classes se organizam em sindicatos e partidos, criando um contrapoder que, direta ou indiretamente, limita o poder do Estado”.

No atual contexto, precisamos resgatar o propósito da política que é a justiça social e a convivência ética das pessoas. É a democracia que cria condições para a construção de sociedades plurais com a intenção de instaurar o bem comum. Na democracia, desejamos ter mais e ser mais na convivência republicana com os iguais e também os diferentes. Para que isso se efetive de fato, é fundamental que o povo escolha as pessoas ou o grupo que exerce o poder, e que controle como ele governa. Nesta perspectiva que a democracia é o regime onde o poder pertence ao povo e que o Estado somos nós. Um regime é tanto mais democrático, quanto maior for o número de pessoas que participam, direta ou indiretamente, da tomada de decisões. A democracia é uma cultura e não somente um conjunto de garantias institucionais. A cultura democrática não pode existir sem uma reconstrução do espaço político e sem um retorno ao debate político.

Queremos concluir nossa reflexão sobre democracia: liberdade e igualdade, fazendo referência ao filósofo alemão Habermas, que por ocasião de seu octogésimo aniversário, em junho de 2009, disse, em uma entrevista (<https://www.youtube.com/watch?v=F-xauJ3R39U>) que o principal interesse de toda sua pesquisa foi sobre a democracia deliberativa destacando ser vigilante e defensor dela. Esse tema o levou a se dedicar a um segundo tema que lhe é muito caro e que está profundamente embricado com a democracia: a teoria da ação comunicativa. Nessa entrevista, o filósofo alemão diz que comunicar é sempre a ação mais executada no nosso dia a dia. Todos os dias somos impelidos a dar razões sobre nossas ações. Isso só é possível porque a democracia, ao contrário dos regimes ditatoriais nos permite. A democracia foi o grande acontecimento do século XX. No

atual contexto, o maior desafio da sociedade global é o de criar condições políticas, econômicas e culturais para que cada vez mais pessoas participem da tomada de decisões. A democracia representativa deve ser articulada com a democracia participativa. Segundo Boaventura de Souza Santos (1997), a democracia representativa constitui até agora o máximo de consciência política possível do capitalismo. Esse máximo não é uma quantidade fixa, é uma relação social. A complementação ou aprofundamento da democracia representativa através de outras formas mais complexas de democracia pode conduzir à elasticização e a aumento do máximo de consciência possível, caso em que o capitalismo encontrará um modo de convivência com a nova configuração democrática, ou pode conduzir, perante a rigidificação desse máximo, a uma ruptura ou, melhor, a uma sucessão histórica de micro-rupturas que apontem para uma ordem social pós-capitalista. Não é possível determinar qual será o resultado mais provável. A transformação social ocorre sem teleologia nem garantia. É esta indeterminação que faz o futuro ser futuro. A renovação da teoria democrática assenta, antes de mais, na formulação de critérios democráticos de participação política que não confinem esta ao ato de votar. Implica, pois, uma articulação entre democracia representativa e democracia participativa. Para que tal articulação seja possível é, contudo, necessário que o campo do político seja radicalmente redefinido e ampliado.

Além disso, é urgente democratizar os meios de comunicação, permitindo que mais pessoas tenham o direito de manifestar sua opinião. Mas o que é mais importante na luta por sociedades/culturas mais democráticas é criar uma ordem social justa que esteja a serviço da promoção da vida. A democracia é uma atividade em função da produção qualitativa de todas as pessoas. “A política é acima de tudo uma ação em vista do crescimento da vida humana da comunidade, do povo, da humanidade” (Dussel, 2007, p. 78).

Precisamos reinventar a democracia e lutar por um sistema sempre mais democrático. A democracia não é somente um conjunto de instituições, por mais indispensáveis que sejam; mas, antes de tudo, uma reinvenção e uma esperança que um outro mundo é possível. A democracia é um sistema perpetuamente inacabado. “A democracia abre a caixa de Pandora dos desejos, dos anseios e nunca mais para” (Cortella e Ribeiro, 2012, p. 72). O fundamental na democracia é o diálogo e o esforço permanente para produzir atitudes mais democráticas que se expressam na capacidade de discussão dos problemas pertinentes à vida em sociedade. Nosso

desafio é desenvolver a consciência que a democracia é um valor, que, portanto, deve ser ampliada ao maior número de esferas da vida humana. Nesta direção é essencial frisar que a democracia é um valor cultural e também um procedimento para a resolução de conflitos sem apelo a força e a violência. Se não mantivermos no horizonte o ideal democrático corremos o risco de sermos esmagados pela ditadura do mercado e seus representantes. No tempo presente não há democracia sem luta contra o poder do capital e a influência que a mídia exerce na opinião da maioria das pessoas. Há um elo forte entre mídia e mercado com o objetivo de manipular a sociedade e impor seus interesses como sendo os únicos legítimos. “A democracia está ameaçada pela imposição de valores, normas e práticas comuns, e, ao mesmo tempo, por um diferencialismo e individualismo extremos que abandonam a vida social nas mãos dos aparelhos e dos mecanismos do mercado. E os movimentos sociais degradar-se-iam em grupos de pressão política se não se apoiassem no trabalho responsável de numerosos indivíduos que pretendem ser atores sociais, ligando neles, em sua vida pessoal, maioria e minoria, vida pública e vida privada, universalismo e particularismo, abertura e memória” (Touraine, 1996. P. 268).

Em tempos marcados pela tortura, pela violência, pela imposição do silêncio, emerge, como flor de primavera, com promessas de bons frutos, a democracia, com convite ao diálogo contínuo na busca por justiça social, por uma cultura da diversidade/pluralidade e pelo respeito aos direitos humanos. “Defender os direitos humanos universais supõe admitir que os homens reconhecem direitos iguais entre si, apesar das diferenças entre os grupos a que pertencem; supõe admitir, portanto, que é mais importante ser indivíduo humano que pertencer a esta ou àquela raça, nação ou cultura (Savater, 2012, p. 81). A razão de ser da democracia é o reconhecimento do outro em sua dignidade e a luta sem fim por justiça social. Mas para que esses ideais se realizem é necessário superar a democracia de baixa intensidade e passar para um modelo de democracia de alta intensidade onde o poder é exercido pelo conjunto da sociedade pela via dos diferentes movimentos sociais. Que se passa hoje é um duro golpe as aspirações democráticas, porque os movimentos sociais não conseguem seu espaço dentro da política tradicional. O que percebemos hoje é a falência da democracia representativa. Constata-se cada vez mais um abismo profundo entre os representantes e os representados. As decisões essenciais para a sociedade são tomadas sem a participação popular. Outro aspecto é a tirania do dinheiro sobre a política. Dentro dessa lógica aumenta-se a possibilidade

da corrupção e se dissemina a ideia de que a política não é capaz de melhorar as condições sociais para o conjunto da sociedade. Mais do que nunca precisamos buscar alternativas para aprimorar a vida democrática e pensar novas formas de resistir a ditadura do capital. Precisamos aprofundar o debate a respeito da democracia e suas possibilidades na construção de novas relações sociais direcionadas para a justiça social com ênfase na cultura dos direitos humanos.

REFERÊNCIA

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia Uma defesa das regras do jogo*. São Paulo: Paz e terra, 1992.

CALDERA, Alejandro Serrano. *Os dilemas da Democracia*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1996.

CORTELLA, Mario Sergio e RIBEIRO, Renato Janine. *Política: Para não ser idiota* Campinas, SP: Papyrus 7 mares, 2012.

DUSSEL, Enrique. *20 Teses De Política*. São Paulo: Expressão popular, 2007.

KELSEN, HANS. *A democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MORIN, Edgar e KERN, Anne-Brigitte. *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

PLATÃO. *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

PRZERWORSKI, Adam. *Ama a certeza e serás democrata*. Lua nova. Revista de cultura e política. 1989, nº 16.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social e outros escritos*. São Paulo: Editora Cultrix, 1988.

SAVATER, Fernando. *Política para meu filho*. São Paulo: Planeta, 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A difícil reinvenção da democracia frente ao fascismo social*. São Leopoldo. Revista do Instituto Humanitas Unisinos.n. 499. 2016. P. 73-78.

_____. *Pela Mão de Alice*. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1997.

TOURAINÉ, Alain. *O que é democracia?* Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.